

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Pasquim

Class.: Apurina APRO0011

Data: 03 a 09/10/78

Pg.: _____

Os jornais de Manaus passaram a dar destaque nas últimas semanas ao problema dos índios Apurinã, no município de Boca do Acre, Amazonas. Fala-se de choque iminente, de índios em pé de guerra, em assassinatos, ataca-se com dureza os funcionários do Posto Kamicuá, da FUNAI; os proprietários de terra, posseiros e ocupantes de áreas gritam e ameaçam, deputados fazem pronunciamentos. O certo é que mais uma área de conflitos se estabelece e põe a nu o problema da terra na Amazônia.

O Posto Kamicuá é novo, se instalou há pouco mais de dois anos, quando muito. Foi uma iniciativa da Ajudância da FUNAI com sede em Rio Branco, Acre. Quando o primeiro chefe da Ajudância, o sertanista Carvalho, chegou em Rio Branco para instalar os escritórios e ampliar o raio de ação da FUNAI naquela área, foi informado de que no Acre não existiam mais índios. Os índios do Acre tinham desaparecido ao longo dos séculos de colonização ou absorvidos pacificamente pelas frentes pioneiras. Mas em poucos meses, sem ao menos se afastar da capital do Estado, a Ajudância da FUNAI começava a encontrar índios de diversas culturas. A própria Universidade Federal do Acre, em convênio com o Museu Nacional, desenvolvia pesquisa entre os índios Kaxinawá, povo com bastante organização tribal e conservando, apesar dos contatos intermitentes, traços de sua cultura. O sertanista Carvalho é um desses funcionários obstinados, que leva ao pé da letra o "Estatuto do Índio", defende o direito do índio conforme manda o Estatuto e não mede conseqüências ao defender esse direito. Em seis meses de trabalho no Acre, ao mesmo tempo que instalava a Ajudância, já tinha levantado uma parcela substancial da população indígena acreana que todos asseguravam não mais existir. Ainda que a sua obstinação tenha se mostrado frutífera ao descobrir tantos representantes de povos indígenas sobre a capa da aculturação, o fato desagradou aqueles que tinham tomado conta das terras indígenas sob o pretexto da assimilação. Afinal, eram apenas brancos caboclos de beira do rio que não sabiam o que fazer com tanta terra.

O sertanista Carvalho foi afastado do Acre em maio do ano passado, deixando o problema dos índios que não existiam mais. Ele saiu de Rio Branco sem compreender muitas coisas, entre elas a sua própria transferência e a maneira parcial com que eram tratados os problemas das terras dos índios. Por exemplo: muitos pequenos proprietários, sem prestígio ou recurso, tiveram de devolver suas terras aos índios, enquanto grupos poderosos permaneciam cometendo toda a sorte de arbítrio e aparentemente eram

invulneráveis às suas denúncias. Eu mesmo tive a oportunidade de observar o zelo de Carvalho, viajando para o alto rio Yaco, onde visitamos um grupo Jaminawa, de língua Pano, vivendo em condições miseráveis como peões de uma fazenda. Ele tinha acabado de descobrir esses "caboclos" que serviam de mão-de-obra dócil ao fazendeiro e que preferiam beber cachaça no armazém da fazenda e receber ordenado no final da semana. Vocês podem imaginar quanto custava uma biritada no alto Yaco! Carvalho já tinha feito diversas advertências ao fazendeiro, mas a coisa continuava

sem alteração. Naquela mesma viagem fomos obrigados a trazer para um Hospital de Rio Branco um camponês, branco, que estava há três dias gravemente doente, quase em coma, sem receber a menor atenção da parte de seu patrão. O camponês era casado e tinha nascido ali mesmo no rio Yaco. Sua mulher, que não devia ter mais de quinze anos, vinha assustada a bordo do pequeno Piper. Eles nunca tinham viajado para tão longe, muito menos de avião, e as condições do camponês pareciam realmente graves. Carvalho internou-o no Hospital e como ele não tinha nenhum direito, nem contrato de trabalho, muito menos inscrição no Funrural, passou a responsabilidade para o fazen-

deiro. Não sei se o jovem camponês chegou a se recuperar, mas fiquei sabendo que o fazendeiro se recusou a pagar as despesas e mandou a conta para o sertanista Carvalho. Este era o típico relacionamento de Carvalho com os exploradores dos índios.

A Ajudância do Acre, durante a administração de Carvalho, publicou um folheto mimeografado resumindo a situação do índio naquele momento (1977). Além de grupos não

**MÁRCIO SOUZA,
de Manaus**



identificados naquela altura, havia povos Jaminawa, Machineri, Kulyna, Kaxinawa, Kampa, Katukina, Poyanaua, Amauka e Apurinã. A situação desses povos era de transição, trabalhando como mão-de-obra auxiliar nas frentes extrativistas mas conservando os seus padrões culturais, cerimônias, organizações políticas e técnicas agrícolas. A população aproximada era de 5.000 indivíduos, um número surpreendente para quem não existia mais. Os proprietários e posseiros de terra não se conformaram com a descoberta e passaram a fazer duas acusações à FUNAI: que estava trazendo índios da Bolívia e do Peru e querendo transformar em índios os caboclos preguiçosos da beira do rio.

Quando o novo chefe da Ajudância, Antônio Neto, assumiu o cargo, já encontrou o conflito com os Apurinã de Boca do Acre. Os Apurinã tinham sido senhores da região de Boca do Acre e já eram considerados completamente extintos. Seus últimos representantes perambulavam pela sede do município ou vendiam a sua força de trabalho nas diversas atividades extrativistas. Para os novos donos da terra, e para antigos donos, como Mário Diogo de Melo, descendente do aventureiro cearense João Gabriel de Carvalho, descobridor do Acre e o primeiro a subir o rio Purus, era conveniente que os atuais Apurinã fossem considerados como "brancos" ou, de preferência, "assimilados". Uma cômoda nomeação que não esconde apenas uma preocupação pelo rigor etnográfico mas uma maneira de afastar as pretensões da FUNAI em promover o retorno da terra a quem de direito.

Em abril último o delegado de polícia de Boca do Acre, Luiz Gonzaga Filho, matou a sangue-frio o índio Raimundo. Existem outras denúncias de assassinatos de índios muito antes da chegada da FUNAI, numa prova de que o conflito não é recente e não se prende apenas a uma conjuntura. Circulam notícias de que muitos índios foram mortos no passado com requintes de crueldade, onde não faltou o uso de gasolina para queimar ainda em vida algumas vítimas. As terras dos Apurinã hoje estão nas mãos de gente de muito respeito, vereadores, políticos, comerciantes, com respaldo político em Manaus. A FUNAI é responsabilizada pelos conflitos e o deputado federal José Mário Frota (MDB-Am), defendendo os proprietários contra os índios, num esforço seletivo insinua que a FUNAI deveria estar mais preocupada em verificar os crimes cometidos no rio Envira pelo consórcio Bradesco-Boa Vista, hoje dirigido pelo gen. Bandeira de Melo, ex-presidente da mesma entidade.

O problema todo é que o prazo de demarcação das áreas indígenas, pelo "Estatuto do Índio," encerra este ano e em Boca do Acre apenas duas áreas foram delimitadas, estando as terras da margem esquerda do Purus em litígio. Políticos e supostos proprietários se unem para impedir a posse dos Apurinã, argumentando que eles já não são mais índios e merecem os maus tratos de civilizados pobres. Quanto ao esforço seletivo do deputado federal amazonense, pode ser creditado no bojo das contradições internas da FUNAI, posto que mesmo consórcios do tipo Bradesco-Boa Vista, ou posseiros mais modestos do tipo de Boca do Acre merecem um só tratamento, isto é, que devolvam e abandonem a terra dos índios.